



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

6136

Presidente da Mesa Diretora: Ademar de Barros Bicalho

Espécie: Projeto de Resolução

Categoria: Pendentes, rejeitados, retirados de pauta, prejudicados, sobrestados

Autoria: Sued Kennedy Botelho

Data: 07/05/2002

Descrição Sumária: PROJETO DE RESOLUÇÃO S/Nº/2002. (RETIRADO).
Estabelece procedimento especial para a tramitação de projetos de lei que disponham sobre as Normas de Uso e Ocupação do Solo e o Código de Obras e Edificações do Município de Montes Claros.

Controle Interno – Caixa: 15 **Posição:** 87 **Número de folhas:** 08

Especie: PH
Categoria: Pendente
A: 15
Ordem: 87
nº fls: 06



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº ____/2.002

AUTOR:

VEREADOR SUED BOTELHO

ASSUNTO:

Estabelece procedimento especial para a tramitação do projeto de lei que contém a Lei de uso e ocupação do solo e o Código de obras.

MOVIMENTO

- 1 - Entrada em 07/05/2.002
- 2 - Comissão de Legislação e Justiça
- 3 - _____
- 4 - RETIRADO DE TRAMITAÇÃO CM. —
- 5 - 31-10-2002
- 6 - _____
- 7 - _____
- 8 - _____
- 9 - _____
- 10 - _____

Caixa



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
Estado de Minas Gerais

Handwritten signature and date: 07.05.2002

Projeto de Resolução nº _____ 2002.

Estabelece procedimento especial para a tramitação do projeto de lei que contém a Lei de uso e ocupação do solo e o Código de obras.

A Câmara Municipal de Montes Claros MG, aprova e eu, seu Presidente promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º - O projeto de lei que contém a lei de uso e ocupação do solo e o código obras terá tramitação especial, nos termos dessa resolução.

Art. 2º - O Projeto será apreciado por uma comissão extraordinária, constituída para esta finalidade.

Art. 3º - a Comissão extraordinária será composta por 10(dez) membros sendo 1 (um) representante de cada uma das representações partidárias com assento na Câmara Municipal de Montes Claros e 1(dois) membro da Mesa Diretora.

Art. 4º - a apreciação do projeto de lei que contém o Código de Posturas pela comissão extraordinária será precedida de parecer da relatoria.

Art. 5º - a relatoria será dividida em relatoria geral e relatorias parciais.

Art. 6º - As relatorias parciais serão estabelecidas em número certo, sendo entregue a cada uma apreciação sobre determinado tema contido no projeto que contém a lei de ocupação do solo e o Código de Obras.

Parágrafo único – A Definição do número de relatores parciais e dos temas sujeitos a apreciação de cada um deles será feita por meio de deliberação da comissão extraordinária.

Art. 7º - os relatores parciais serão responsáveis pela emissão de parecer preliminar sobre o tema correspondente.

Art. 8º - os primeiros 90 (noventa) dias, a contar da data de publicação desta Resolução, serão destinados à realização de audiências públicas internas e externas, a juízo da própria comissão, para discussão do projeto.

§ 1º - Consideram-se internas as audiências realizadas na Câmara Municipal de Montes Claros e externas as realizadas fora desta.

§ 2º - Durante as audiências públicas, poderão ser apresentadas sugestões à comissão extraordinária.

§ 3º - somente serão recebidas as sugestões escritas, devendo estar devidamente identificado o proponente, que poderá ser cidadão ou entidade civil.

§ 4º - as sugestões populares aprovadas pela maioria dos membros da comissão extraordinária serão convertidas em emendas de autoria da própria comissão.

§ 5º - as audiências públicas serão instaladas com a presença de qualquer número de membros da comissão extraordinária.

Art. 9º - Durante o prazo de que trata o *caput* do artigo anterior poderão ser apresentadas emendas em primeiro turno.

Art. 10 - Vencido o prazo de apresentação de emendas, o projeto será encaminhado aos relatores parciais, que elaborarão seus pareceres no prazo de 20 (vinte) dias – podendo apresentar-lhes emendas ou subemendas – e os enviarão ao relator geral.

Art. 11 - O relator geral, após receber todos os pareceres parciais, elaborará, no prazo de 20 (vinte) dias, seu parecer.

Parágrafo Único – O parecer do relator geral examinará o projeto e as emendas e subemendas a ele apresentadas, podendo oferecer-lhes novas emendas e subemendas.

Art. 12 - a comissão extraordinária deliberará sobre o parecer do relator geral no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 1º - Durante a discussão do parecer do relator geral, este poderá acolher em seu parecer mudanças propostas pela comissão.

§ 2º - no caso de aprovação de alterações ao parecer, a comissão compatibilizará o texto do projeto com o que tiver sido deliberado.

§ 3º - O relator geral, à vista dos pareceres parciais, poderá sugerir à comissão que aprecie antecipadamente determinado tema constante do projeto.

Art. 13 - as reuniões da comissão extraordinária serão instaladas pela presença da maioria de seus membros, conforme o caso, e suas decisões serão tomadas pela maioria dos votos destes membros.

Art. 14 - O parecer da comissão será distribuído em avulsos, juntamente com todas as emendas, no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 15 - O projeto será incluído na ordem do dia com exclusividade.

Art. 16 - a comissão extraordinária, por deliberação da maioria de seus membros, poderá requerer ao Presidente da Câmara que seja incluída em pauta do Plenário da Câmara parte definida do projeto e das emendas sobre ela incidentes.

Art. 17 - o expediente da reunião plenária da Câmara em que for apreciado o projeto de que trata esta resolução será de 30 (trinta) minutos, improrrogáveis, vedado o uso da tribuna.

Art. 18 - Durante as discussões do projeto e das emendas, cada vereador poderá falar por até 03 (três) minutos, exceto o relator geral e os relatores parciais, que poderão falar por até 10 (dez) minutos, usando-se em ambos os casos, a tribuna, admitidos apartes.

§ 1º - somente poderão discutir os vereadores que se inscreverem previamente, a partir do anúncio para inclusão em pauta até o início da reunião, exceto os relatores, que estarão automaticamente inscritos.

§ 2º - O encaminhamento de votação somente poderá ser feito pelo líder de partido, por seu substituto regimental ou por quem aquele indicar.

Art. 19 – as emendas serão votadas em bloco, independentemente das regras de preferência conforme tenham recebido parecer favorável ou contrário do relator geral, salvo requerimento de destaque.

Art. 20 – O parecer do relator geral poderá, mediante requerimento, ser votado por inteiro, a não ser que tenha havido destaque de emenda, de dispositivo ou de parte de projeto.

Art. 21 – Aprovado o projeto de lei em primeiro turno, caberá ao relator geral, no prazo de 10 dias, redigir o texto do mesmo com as alterações decorrentes das emendas aprovadas.

§ 1º - os textos produzidos pelo relator geral serão distribuídos em avulsos, em três dias, ficando sobre a mesa para receber novas emendas pelo prazo de cinco dias.

§ 2º - não serão admitidas, em segundo turno, emendas rejeitadas em primeiro turno, exceto se apresentadas pela maioria dos membros do Colégio de Líderes.

Art. 22 – havendo emendas em segundo turno, apresentadas por vereador ou pela liderança das representações partidárias com assento na Câmara Municipal de Montes Claros, o projeto retornará ao relator geral, que as distribuirá por tema, aos relatores parciais.

§ 1º - os relatores parciais terão o prazo de dez dias para elaborar seus pareceres sobre as emendas apresentadas, os quais serão encaminhados ao relator geral.

§ 2º - recebidos os pareceres parciais, o relator geral, no prazo de dez dias emitirá parecer sobre as emendas.

§ 3º - a comissão extraordinária terá cinco dias para deliberar sobre o parecer do relator geral.

Art. 23 – concluída a votação em segundo turno, caberá a comissão extraordinária dar redação final ao projeto de lei, mediante parecer do relator geral.

Art. 24 – os prazos previstos nesta resolução poderão ser prorrogados pela comissão extraordinária em até 50%.(cinquenta por cento)

Parágrafo Único – Caso seja necessário à prorrogação maior que a prevista no *caput*, deverá o presidente da comissão solicitá-lo ao plenário da Câmara.

Art. 25 – esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros-M.G, 07 de maio de 2002.



Sued Parrela Botelho
VEREADOR-PT

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM *08* DE *MAIO* DE 2002

PRESIDENTE

É ILEGAL
There

JUSTIFICATIVA:

O projeto que contém a Lei de ocupação do solo Código de obras é, por sua dimensão, complexidade e importância, merecedor de uma apreciação acurada, de forma a que possamos legar à cidade uma lei que seja, ao mesmo tempo, espelho dos anseios atuais dos munícipes e flexíveis para suportar a inevitável evolução da vida citadina.

A proposta do Código submetida à análise dos vereadores não se pretende pronta e acabada; aliás, muito antes pelo contrário, como testemunha seu próprio autor, é apenas o início de um debate que se pretende exaustivo. Exaustivo não no sentido de cansaço estéril, mas de busca incessante do melhor teor possível.

Para tanto, faz-se conveniente que o referido projeto seja submetido a tramite especial, que contemple as maiores oportunidades de debates com os setores sociais de qualquer forma relacionadas ao seu conteúdo, aí incluindo a prefeitura Municipal, por seus vários órgãos competentes para os temas urbanísticos.

De foram a contemplar essa necessidade, propõe-se o presente projeto de resolução, que alarga as estreitas possibilidades de debates previstos no Regimento Interno, viabilizando que o Código de Posturas se torne uma obra coletiva, de todos os vereadores e também de todos os cidadãos que queiram participar de sua elaboração.

Por espelhar uma busca de participação popular e social nos trabalhos desta Casa, em prol de um melhor agir parlamentar, é que solicitamos o apoio de todos a este projeto de resolução.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER SOBRE PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº _____/2002 QUE
“ Estabelece procedimento especial para a tramitação do projeto de
lei que contém a Lei de uso e ocupação do solo e o Código de
Obras.”, de autoria do Vereador Sued Botelho.

Projeto de Resolução enviado à Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O presente Projeto dispõe sobre a tramitação especial para o projeto de lei que contém a lei de uso e ocupação do solo e o Código de Obras, contemplando ainda, a necessidade da apreciação do projeto por uma comissão extraordinária, constituída para esta finalidade.

Oportuno ressaltar, que já existe norma jurídica à respeito, sendo, **a Lei nº 3.032, de 16 de julho de 2002, que instituiu o Código de Obras e edificações de Montes Claros, e a Lei nº 3.031, de 16 de julho de 2002 que instituiu a Lei de uso e ocupação do Solo,**

Portanto, se aprovado o projeto, seria uma lei desnecessária e, que, desatenderia o **princípio da necessidade.**

Ademais, quando se pretende alterar uma **lei já em vigor**, o caminho a ser seguido é o da elaboração de outra lei, que, no caso, tem a natureza de lei modificativa, não sendo o caso do projeto em apreço, uma vez que, se trata de projeto de resolução.

No sentido, dispõe o art.12 da Lei Complementar nº 95, de 1998, com redação alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001: “ A alteração da lei será feita: I- mediante reprodução integral em novo texto, quando se tratar de alteração considerável; II- mediante revogação parcial; III- nos demais casos, por meio de substituição, no próprio texto, do dispositivo alterado, ou acréscimo de dispositivo novo”.

Aduz a proposição que, “ o projeto será apreciado por uma comissão extraordinária, constituída para esta finalidade, sendo composta



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

por 10 (dez) membros; audiências públicas internas e externas, a juízo da própria comissão, serão realizadas para discussão do projeto.”

Ressalta-se que o artigo 71, do Regimento Interno da Câmara prevê: “Compete à Comissão de Serviços Públicos Municipais manifestar-se sobre toda a matéria que envolva assuntos atinentes a obras e serviços públicos submetida à apreciação da Câmara.”, demonstrando que o presente projeto fere tal dispositivo, por já existir comissão permanente competente.


Ainda, os artigos 43 e 44 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que instituiu o Estatuto da Cidade, estipulam que “para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizadas, entre outros, os seguintes instrumentos:

II- debates, audiências e consultas públicas;”

Ex positis, o Projeto de Lei não fere e nem contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo **Constitucional** mas, infringe normas superiores ordinárias e complementares, sendo de igual forma, **ilegal**.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG., 16 de outubro de 2002.


Gabriela Regina Abreu
Assessora Jurídica
OAB/ MG 81.617